

CONFRONTO DE CONJUNTURAS – O QUE FAZ A DIFERENÇA

Em passado recente, havia grande empenho entre nós para negar o racismo e práticas rotineiras de discriminação racial. Do ponto de vista argumentativo, valia tudo também para diminuir ou subestimar o peso demográfico da população negra. Até mesmo se afirmava com despudor que ninguém sabia identificar ao certo quem era ou não era negro no Brasil.

Da mesma forma, havia forte adesão da população negra ao silêncio e ao apagamento inculcados pelo sistema, já que não havia possibilidade de debate no espaço público, nem tampouco as condições permitiam o desabrochar e fortalecimento da consciência crítica.

Se tomarmos como referência mais ou menos aleatória o I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea, realizado no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, entre os dias 7 de abril e 26 de maio de 1975, o qual reuniu nomes representativos toda segunda-feira, “com uma média de 1.400 pessoas, na maioria jovens, para participar das exposições e discussões sobre os problemas da cultura brasileira”, veremos que o conjunto das manifestações ignorou solenemente o tema das desigualdades raciais e do racismo. Nem passado, nem presente, nem futuro.

Em apenas dois momentos, dois breves momentos, o evento permitiu vislumbrar a verdadeira natureza de nossas relações raciais. No debate sobre televisão (5 de maio de 1975), Walter Avancini, rede Globo, disse que “O código é explícito: (...) não se pode colocar nenhum conflito racial.”¹ A segunda ocorrência foi na mesa sobre publicidade (26 de maio de 1975). Celso Japiassu, da Denison Propaganda, teve que responder a seguinte questão vinda da plateia:

“Verifica-se, de modo geral, certa tendência racista na publicidade feita no Brasil. Por quê?”

A resposta de Japiassu:

“Acredito que a razão dessa pergunta seja o problema em relação ao negro brasileiro e tenho a impressão de que a resposta é a seguinte: falei há pouco sobre o problema de renda da população brasileira e a constatação de que apenas 4% da população tem renda acima de 2 mil cruzeiros por mês. A pirâmide do consumo tem um vértice e uma base e a realidade sociológica da composição racial brasileira é que o negro não teve as oportunidades de desenvolvimento econômico que a raça branca teve. Isso significa que a propaganda tende a ser elitista, ou seja, se dirige à elite econômica, à elite de consumidores. Então ela não tem o preconceito racial, ela tem, talvez, quem sabe, o preconceito econômico, porque a propaganda é dirigida para o vértice da pirâmide do consumo. Não creio que isso implique um problema de preconceito racial, é uma

¹ Ciclo de Debates do Teatro Casa Grande . Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1976. p.128.

realidade do mercado. As populações negras brasileiras ainda têm que se desenvolver economicamente. O negro brasileiro se coloca em termos de marginalização econômica.”²

A negação de Japiassu é bem distinta daquela enunciada por Avancini. Na Rede Globo, é o que afirma Avancini, havia, quando ocorreram os debates do Teatro Casa Grande, em 1975, um código de censura que impedia que se abordassem conflitos raciais. Não se exclui de todo aqui a presença dos negros, mas sua participação deveria contribuir para fortalecer uma visão de harmonia racial, é o que fica subentendido.

Em Japiassu, há o recurso à argumentação para evitar considerar a abordagem do tema que envolve “o problema em relação ao negro brasileiro”. O ponto de partida de Japiassu é a grande concentração de renda da sociedade brasileira. O negro se concentra na base da pirâmide social porque não teve oportunidade para desenvolver-se economicamente.

Japiassu evita com elegância atribuir à inferioridade congênita dos negros a causa do desenvolvimento desigual. Evita, assim, o postulado básico do racismo (a inferioridade congênita), que, ao fim e ao cabo, justifica a desigualdade na visão preconceituosa.

A outra premissa de Japiassu envolve, segundo ele, regras de mercado que orientam a propaganda para o vértice da pirâmide social. Sendo assim, (“talvez, quem sabe”) a propaganda tenha preconceito econômico, mas não preconceito racial. Os negros não têm renda, não compram, não consomem; não aparecem, portanto, na propaganda.

Diante dessas duas negações, a autoritária (vivíamos sob uma ditadura militar) e a de natureza econômica, o normal era todos se comportarem como os participantes dos debates do Teatro Casa Grande. A adesão do auditório foi total. Adesão ao não reconhecimento da existência de motivações raciais no quadro das desigualdades brasileiras.

Aquele que ousou tomar a palavra e questionar referiu-se a uma tendência racista da publicidade no Brasil e indagou as razões: por quê? Ele não argumenta a favor, nem contra. Indaga a Mesa sobre os motivos de as coisas serem como são. O problema do negro, a Mesa explica, decorre de falta de oportunidade para desenvolver-se economicamente.

Nós estamos vivendo hoje, no Brasil, condições mais favoráveis para o debate sobre relações raciais do que aquelas existentes em 1975. Há sinais de que o acúmulo de décadas de denúncias, pressões e lutas das entidades e organizações de Movimento Negro, no enfrentamento de barreiras raciais, estimulou o surgimento de nova sensibilidade sobre o tema e avanços na consciência social. Não dá para apagar ou subestimar este fato: se há avanços, eles são frutos da luta política.

² Ciclo de Debates do Teatro Casa Grande, p. 231.

Acho exagero se falar, por enquanto, em movimento antirracista. Creio ser mais apropriado falarmos de incipiente solidariedade, muito dispersa ainda e de resultados inequivocamente simbólicos. Não devemos esquecer-nos do alerta de Florestan Fernandes, já se despedindo da Câmara dos Deputados, em 1994, de que os negros não devem esperar desta sociedade que ela se abra para seus problemas fundamentais.

Uma professora branca que acolhia alunos negros em programas de pós-graduação, antes das cotas, recebeu de colegas, numa instituição paulista das mais prestigiadas do país, a alcunha de “Navio negreiro”. Precisamos avaliar se a luta pelas cotas contribuiu para alterar, em alguma dimensão significativa, essas arraigadas predisposições racistas.

Assinalemos, no entanto, que uma porta de entrada efetiva daquela incipiente solidariedade, a que me referi acima, talvez tenha sido mesmo o posicionamento em favor das cotas nas universidades públicas. Houve, não como gostaríamos, mas houve sem dúvida adesão ao “Manifesto pró-cotas”, num momento acirrado da disputa (assim como houve dissensões escandalosas de negrófilos carimbados na praça...).

Deve-se, contudo, um pouco antes, não desprezar o processo Constituinte, quando a bancada parlamentar negra, reduzida e fragmentada em diferentes siglas partidárias, trilhando o caminho aberto por Abdias Nascimento, teve que buscar interagir para superar obstáculos institucionais e assegurar um mínimo de conquistas. É inquestionável que algumas pontes, embora fragilíssimas, começaram também a ser construídas ali.

Outra porta de entrada foram ONG’s apoiadas por fundações e diferentes instituições com atuação internacional, que cobravam a presença da “diversidade” em muitas iniciativas e projetos. Disponho de poucas evidências para aquilatar a profundidade e a amplitude desse diálogo. No entanto, diante da atmosfera de ódio em que estamos imersos, torço para que aquelas iniciativas tenham gerado consequências reais.

Um episódio vivido por mim ilustra aqui o que chamo de vitórias imaginárias. Fui convidado para participar, em 2019, na mesa de um desses debates organizados por instituições próximas ou influenciadas de algum modo pelos movimentos negros. Falei da oportunidade da data, 20 de julho, aniversário da sanção do Estatuto da Igualdade Racial. Ninguém, nenhum dos presentes, lembrava-se disso. Foi uma mera coincidência, me explicaram. Poucos anos se passaram desde sua sanção (2010) e o Estatuto já tinha ido pro brejo.

. Um texto de apresentação do Estatuto, distribuído pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, em milhares de cópias e muitas reedições, diz o seguinte:

“Cumprir as obrigações desta lei exige, entre outras medidas, investimento pesado e de longo prazo na mudança dos referenciais da ação pública. Isto inclui a capacitação de gestores, de modo a alterar padrões culturais arraigados, produzindo ações

governamentais comprometidas com a igualdade racial. Não se revertem estigmas de longa duração por mera formalização de direitos, sabemos todos.”³

Creio que esse pequeno parágrafo, redigido por Luiza Bairos, condensa o essencial: direitos proclamados no Estatuto da Igualdade Racial, em que pese o empenho da Seppir, não eram para, automaticamente, passar a valer no mundo real. Acrescente-se que a Seppir se encarregou, no diálogo com outros ministérios, de construir o “Guia para Implementação do Estatuto da Igualdade Racial”. Tudo virou pó por causa de Bolsonaro? Não somente. Nos estados em que correligionários de Bolsonaro não governam, o Estatuto, de modo idêntico, virou pó também. São evidências que sugerem cautelas para não acabarmos inflando demasiadamente a adesão de outros setores aos interesses e conquistas da população negra. Creio ser precipitado falarmos de sinais de uma cultura antirracista entre nós, estamos longe disso.

Mas, por tudo que ficou dito, a meu ver, o grande indicador de mudança, na atual conjuntura, foi mesmo criado por nossa capacidade, nos movimentos negros, de estabelecer vínculos mais amplos com a população negra. Fomos, em alguma medida, vitoriosos no debate que a duras penas vimos travando nas ruas e no interior das instituições desde a década de setenta. Estamos falando também de níveis profundos, identitários, que foram estimulados e reforçados por décadas e podemos ver seus reflexos nas pessoas ao nosso redor, as quais alteraram radicalmente a estética, a aparência, a atitude e práticas cotidianas e rotineiras.

Observando a nossa volta, mesmo os mais distraídos verificarão que, diverso de outros tempos, circula uma paixão avassaladora que parece ter se apossado de pretos e pardos: a paixão de ser o que se é, a qual expressa de modo intenso e vibrante grande respeito por si mesmo e por seus iguais. A forma pela qual se manifesta a consciência negra não deixa dúvidas de que seu fortalecimento decorre da luta política e sinaliza, por sua vez, o fortalecimento de nossa vontade coletiva para alcançar a transposição de um quadro muito adverso.

Falo de alterações significativas e transcendentais: por exemplo, olhar-se no espelho. Trata-se de contemplar uma imagem que conseguiu bloquear o apagamento do passado, estratégia essencial do poder que nos oprime. Criamos a possibilidade de encontros e realizações coletivas (Marcha Zumbi e tantos outros episódios). Permanecemos ainda “nas regiões inferiores da hierarquia do poder”, mas atravessamos uma linha central, cruzamos uma fronteira e rejeitamos a desumanização que estava colada a nossa identidade. O ser humano existe na história e, desenterrada com nossas próprias mãos, temos uma história. E agora projetamos a nossa frente possibilidades extraordinárias.

Creio que a grande novidade é que se reduziu significativamente a adesão da população negra a valores que a invisibilizavam e a diminuíam perante seus próprios olhos. Passamos a nos ver mais e melhor; e, do mesmo modo, passamos a ver os outros que são como nós, vivos e mortos. Trouxemos para o espaço público a memória de

³ Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Seppir, 2011. p. 5.

martirizados há mais de trezentos anos, associando sua memória à luta por saúde, emprego, moradia, saneamento e direitos políticos da hora presente. Estamos mais fortes e, é importante frisar, conscientes de nossa força. Isso vem fazendo toda a diferença.

Edson Lopes Cardoso

(Salvador, 2021)